

Trailer: O HOMEM DUPLICADO (AN ENEMY, Canadá / Espanha - 2013)  
Produtor(es): M.A. Faura/Niv Fichman  
Diretor(es): Denis Villeneuve  
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.  
Classificação Pretendida: Livre  
Gênero: Drama/Suspense  
Tipo de Análise: Pen Drive  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos  
Contém: Conteúdo impactante  
Processo: 08017.000922/2014-53  
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NOSSAS HISTÓRIAS (Brasil - 2013)  
Episódio(s): ÚNICO

Produtor(es): Criar Brasil - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio  
Diretor(es): Angela Zoé  
Distribuidor(es):  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos  
Gênero: Documentário  
Tipo de Análise: DVD  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos  
Contém: Violência  
Processo: 08017.001127/2014-82  
Requerente: EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

## Ministério da Pesca e Aquicultura

### SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

#### PORTARIA Nº 7, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto a Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012, e do constam nos processos nº 21018.001324/2001-35, 00356.000868/2004-11, 21018.001221/2004-18, 00358.002130/2006-31, 00356.003447/2010-91, 00356.000687/2011-14, 00350.007551/2013-57, 00350.007549/2013-88, 00350.007550/2013-11, 00350.000039/2014-61, resolve:

Art. 1º Determinar o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados nos Estados do Espírito Santo, Ceará, Roraima, Bahia e Pará, conforme relação nominal a seguir:

| Nº | NOME                            | CPF            | UF | MOTIVO DO CANCELAMENTO   |
|----|---------------------------------|----------------|----|--|
| 01 | Benedito Bento Gomes            | 434 757 877 68 | ES | A Pedido do Interessado  |
| 02 | Kleiton Ferreira da Silva       | 012 953 593 16 | CE | A Pedido do Interessado  |
| 03 | Andreia Duarte Pacheco Ferreira | 055 164 087 17 | ES | Não comprovado o exercício na atividade de pesca com fins comerciais |
| 04 | Iria Romão de Farias Barcelos   | 032 112 527 46 | ES | A Pedido do Interessado  |
| 05 | Valdelins do Vale Silva         | 019 628 083 43 | CE | A Pedido do Interessado  |
| 06 | Marta dos Santos Sousa          | 029 150 353 50 | CE | A Pedido do Interessado  |
| 07 | Darlan de Oliveira Silva        | 059 704 305 10 | BA | A Pedido do Interessado  |
| 08 | Elenilza Lima Oliveira          | 014 032 015 60 | BA | A Pedido do Interessado  |
| 09 | Isabel Cristina Barreto Santos  | 047 756 715 02 | BA | A Pedido do Interessado  |
| 10 | Maria das Graças Marinho Silva  | 909 844 805 44 | BA | A Pedido do Interessado  |
| 11 | Gleicy do Socorro Barradas      | 893 100 982 87 | PA | A Pedido do Interessado  |
| 12 | Wanderson Lisboa Braga          | 710 789 912 00 | PA | A Pedido do Interessado  |
| 13 | Carlos Souza Bezerra            | 847 865 742 87 | RR | A Pedido do Interessado  |
| 14 | Jeferson Souza Bezerra          | 000 359 762 84 | RR | A Pedido do Interessado  |
| 15 | Antonio Gomes da Rocha          | 201 129 982 91 | RR | A Pedido do Interessado  |
| 16 | Maria Dimes Bezerra Santos      | 868 518 962 49 | RR | A Pedido do Interessado  |

Art. 2º Esta Portaria, com o respectivo motivo de cancelamento, será divulgada no sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA ([www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br)), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura nos Estados do Espírito Santo, Ceará, Roraima, Bahia e Pará.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### AMÉRICO RIBEIRO TUNES

#### PORTARIA Nº 14, DE 7 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, e do que consta nos Processos nºs 21052.007311/99-50 e 21030.002788/99-61, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para Arrasto de Camarão-rosa/fauna acompanhante no litoral sudeste-sul, da embarcação pesqueira denominada JUPITER, de propriedade de Empresa Brasileira de Pescados Suma Ltda, inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 401-012267-6, que será desativada da pesca em geral

Art. 2º Cancelar, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para Arrasto de Camarão-rosa/fauna acompanhante no litoral norte, da embarcação pesqueira denominada DELMAR NORTE XI, de propriedade de Real Pescados Ltda, inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 161-003991-2.

Art. 3º Conceder, em substituição a embarcação JUPITER, Autorização de Pesca para Arrasto de Camarão-rosa/fauna acompanhante no litoral sudeste-sul, para a embarcação pesqueira denominada DELMAR NORTE XI, de propriedade de Real Pescados Ltda.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SÉRGIO MACEDO GOMES DE MATTOS

#### PORTARIA Nº 22, DE 7 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto da Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012, e do que consta no processo MPA nº 00350.005666/2013-15, resolve:

Art. 6º O pescador que não comparecer para se cadastrar, no período de 06 (seis) meses a contar da data de publicação desta portaria, terá o seu registro definitivamente cancelado, conforme inciso V do art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 6, de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

## Ministério da Previdência Social

### CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

#### DECISÃO DE 19 DE MARÇO DE 2014

Com base no disposto do art. 19, do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o resultado do julgamento da 41ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de março de 2014.

1) Processos nº 44150.000001/2013-39 e 44150.000002/2013-83

Autos de Infração nº 0001/13-98 e 0002/13-51

Decisão nº 47/2013/Dicol/Previc

Recorrentes: Antônio de Alencar Vieira, Ivo Felício Borges e Heitor Siqueira D'Albuquerque

Procurador: Carlos Eduardo da Silva Belfort de Carvalho - OAB/PI nº 3179

Entidade: PrevpBep - Caixa de Previdência Social

Relator: Adriano Cardoso Henrique

Ementa: Recurso voluntário. Conduta infracional caracterizada por omissão em proceder alteração regulamentar. Impossibilidade de imputação da infração ao patrocinador e seu órgão supervisor. Responsabilidade dos dirigentes estatutários. Recurso conhecido e negado provimento. I. Não dependendo de prova ou fatos admitidos pelos recorrentes no processo, tidos consequentemente como incontroversos, aplica-se subsidiariamente o art. 334 do Código de Processo Civil ao processo administrativo sancionador.

II. A responsabilidade de dever na administração dos recursos garantidores de participantes e assistidos não permite escusas não justificadas em fase do dever de diligência e boa gestão frente à entidade previdenciária.

III. Não se mostra crível e plausível juridicamente imputar responsabilidade a patrocinador e órgão supervisor quando os próprios recorrentes não conseguem se desvencilhar da omissão, comprovada nos autos, os deveres ou obrigações estatutárias que lhe são próprios.

Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC conheceu dos recursos e afastou a preliminares quanto a dupla responsabilização, a ilegalidade de previsão do valor da multa pecuniária e ao equívoco no valor da multa cominada. No mérito, por maioria dos votos a CRPC negou provimento aos recursos, vencido os votos dos membros Antônio Bráulio de Carvalho e Tarcísio Luiz Silva Fontenele, no sentido de dar provimento ao recurso voluntário.

2) Processo nº 44190.000045/2011-21

Auto de Infração nº 11/2011

Decisão nº 23/2012/Dicol/Previc

Recorrentes: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e Sary Reny Köche Alves

Recorridos: Ricardo Moritz e Remi Goulart

Procurador: Eduardo Santomauro Silveira Clemente - OAB/RJ nº 69.963

Entidade: Celos - Fundação Celesc de Seguridade Social

Relator: Paulo César Andrade Almeida.

Ementa: Aplicação dos recursos garantidores em desacordo com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional - CMN. Inobservância da Política de Investimentos. Necessidade de Estudos Técnicos. Não substituição por análise de rating. Perigo Abstrato. Prejuízo. Multa Pecuniária. Recurso voluntário não provido. Recurso de ofício provido. Decisão de investimento da Diretoria Executiva.

Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC conheceu dos recursos, afastou as preliminares quanto ao cerceamento de defesa e da propositura do Termo de Ajustamento de Conduta. Por maioria de votos a CRPC afastou a preliminar de nulidade do auto de infração pela não aplicação do § 2º do Art. 22 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, vencido o voto do membro Antônio Bráulio de Carvalho que acolheu a preliminar. Por unanimidade de votos, a CRPC acolheu a preliminar de imputação de responsabilidade. No mérito, por unanimidade de votos a CRPC negou provimento ao recurso voluntário e deu provimento ao recurso de ofício, julgando procedente a autuação em relação a Ricardo Moritz e Remi Goulart.

PAULO CESAR DOS SANTOS

Presidente da Câmara

### INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

#### RESOLUÇÃO Nº 397, DE 24 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre antecipação do pagamento do valor correspondente a uma renda mensal do benefício de prestação continuada, previdenciário ou assistencial, no caso de calamidade pública.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;

Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010;

Portaria SNDC nº 86, de 13 de março de 2014; e

Portaria/MPs nº 105, de 19 de março de 2014.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando: